

CARLOS FORTUNA (*)

PARA UMA SOCIOLOGIA DA POPULAÇÃO

Um Comentário à Demografia

Ninguém ousará hoje contestar que o mundo contemporâneo é um exímio produtor de insegurança pessoal e angústia colectiva. E estas não caem do céu nem são geradas espontaneamente. Alimentam-nas o afã do lucro e o móbil do poder, fabrica-as o Estado. Este, mestre e soberano, promove aquilo a que poderemos chamar a *superestrutura do pânico* que tem hoje uma dimensão planetária e é utilizada com vista à normalização social e à legitimação do próprio Estado. Assusta-se primeiro para proteger em seguida. Dramatiza-se para criminalizar a contestação e marginalizar o seu impacto. Simultaneamente impotente e agressivo, o Estado, como um qualquer exorcista do mal e da insegurança, procura identificar os interesses dos indivíduos com os seus próprios, dissuadir os revoltosos e pacificar a rebelião. É o secular processo de socialização a funcionar sobre novas facetas. Permanecem os objectivos — legitimação na autoridade e desumanização na submissão —, modificam-se os métodos com a utilização dos novos meios de comunicação, tecnologia de ponta e aplicação da ciência e alteram-se os argumentos que se voltam agora e principalmente para a proliferação do armamento nuclear, para a crise energética, etc. (1). Tal como quando se veste um fato novo não quer dizer que nos tenhamos desfeito do velho, por mais coçado que esteja, também aqui a emergência de novos temas, não significa a rejeição de outros mais antigos. Está neste caso o uso de expressões e conceitos como *revolução* ou *explosão demográfica* com que se procura designar o crescimento popu-

(*) Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

lacional que hoje testemunhamos e cujas origens se podem situar duzentos anos atrás. O tema da explosão demográfica continua a reservar o seu lugar entre os novos parceiros do discurso apocalíptico característico da ideologia da insegurança que, em geral, oculta a dinâmica real das modificações sociais e, no caso particular da população, pretende explicar demograficamente fenómenos sociais pretensamente naturais. Segue-se à letra o ensinamento durkheimiano de que os factos são coisas e a explicação das suas determinações perde-se nas profundezas do ideológico.

De igual maneira, o tema do *desenvolvimento*, preocupação recente, ornamenta também ele a estratégia capitalista que procura ofuscar a exploração de classe e a natureza da dominação. Estes dois elementos, população e desenvolvimento, correlatos da «catástrofe eminente» e para nós com evidentes implicações mútuas, são-nos no entanto apresentados como independentes um do outro. A população prejudica o desenvolvimento, diz-se, e este último que se pretende prosseguindo afanosa e isoladamente a sua marcha (se não contra, pelo menos indiferente à população), confronta-se já, sabemos-lo, com limites físicos bem determinados que prefiguram o malogro (²). Uma vez obscurecidos estes, vitimiza-se a população. A ambiguidade é clara.

O Demográfico entre o Social e o Económico

A separação dos termos população/desenvolvimento é sobretudo uma questão estratégica com repercussões muito claras no próprio domínio científico e corresponde à necessidade de apelar à travagem do crescimento populacional, tido já à beira de todos os limites. Por outro lado, o acelerado ritmo de acumulação que testemunhamos, e que diariamente evidencia a crescente capacidade destrutiva das forças produtivas, não se compadece com qualquer desaceleração dos níveis atingidos, sob pena de uma irremediável crise do sistema.

Contudo, ao contrário do que hoje acontece, uma relação estreita entre população e desenvolvimento económico esteve bem no centro de toda a teoria económica clássica inglesa formulada por A. Smith, D. Ricardo e T. R. Malthus, entre outros.

A relação entre estes factores merece especial atenção nos trabalhos de Thomas Robert Malthus que, não tendo nunca sido tão grandioso como o primeiro nem genial como o segundo, passaria no entanto à história sobretudo dada a forma como analisaria os efeitos do crescimento populacional sobre o desenvolvimento económico dando origem à corrente de pen-

samento — o malthusianismo — hoje ainda muito vigorosa entre cientistas sociais, incluídos os economistas.

Profundamente pessimista e de costas viradas ao continente, em especial ao ideário que brotara da «extremamente burguesa e democrática» Revolução Francesa, no dizer de Jaurés, este pastor anglicano e economista⁽³⁾, um dos primeiros advogados do fim do mundo, ao escrever a sua obra tinha sob os seus olhos o imenso espectáculo da Inglaterra nos princípios da Revolução Industrial em que a fábrica se substitui aos campos, a população aumenta aceleradamente e a pobreza e indigência alastram. Como a qualquer testemunha ocular, as evidências perturbaram-lhe o conhecimento e, nestes termos, tratou de formular o seu famoso Princípio da População em que se conjugam duas leis fundamentais. A primeira, a lei da população, resumidamente estabelece que «desde que não seja travada por qualquer obstáculo, a população duplica todos os vinte e cinco anos, evoluindo em cada período numa progressão geométrica»⁽⁴⁾, enquanto que, a segunda, a lei das subsistências, estipula que «os meios de subsistência (...) não podem aumentar a um ritmo mais acelerado do que o que resulta duma progressão aritmética»⁽⁵⁾.

A solução proposta é conhecida. Baseia-se na abstinência, no retardamento dos casamentos, no constrangimento moral contra o «vício e a miséria», em busca do comportamento racional que neste caso se resumia à imperiosa contenção do número de filhos. Mas, ser-se casto, não casar, moralizar a vida e não ter ou reduzir substancialmente o número de filhos são tornados imperativos apenas para a parte simultaneamente mais vasta mas surda do seu auditório, aquela que se compunha de um número sempre crescente de homens, mulheres e crianças «sem eira nem beira» e que constituíam o proletariado⁽⁶⁾ em formação. Toda a doutrina de Malthus é pois uma profunda estratégia anti-população, claramente classista.

Mas, ainda que a história da evolução social e em particular os progressos obtidos na produção alimentar destruam a pretensa universalidade do seu Princípio, o mérito da sua obra decorre da forma como nela se entrecruzam crescimento populacional e económico. Esta interligação depressa se viria a esfumar. Com efeito, sob o domínio da moda marginalista e depois keynesiana, a variável demográfica, sempre que é considerada nos modelos de crescimento, é-o enquanto factor exógeno. E isto deve-se não só à manifesta irreverência e rebeldia desta variável⁽⁷⁾, pese embora o esforço de numerosos economistas para a integrarem nos seus modelos⁽⁸⁾, mas sobretudo porque estes se forjam na convicção de uma oferta ilimitada de trabalho. Nesta hipótese se fundamenta precisa-

mente a passagem que se opera, no campo da teoria, da economia pura para as teses do desenvolvimento económico (9).

Esta transformação das preocupações científicas é recente e corresponde à interferência que no campo da ciência (económica) têm os arranjos políticos. O desenvolvimento vai ocupar o lugar do crescimento a partir do pós-guerra com a entrada em cena duma nova fase de expansão económica cujas pautas passam a ser ditadas pela hegemonia americana, a emergência de um modelo de economia centralizada, julgado politicamente alternativo, e ainda dada a dinâmica dos movimentos de libertação nos países colonizados.

Para além disso, mas por isso mesmo, a formalização de nova teoria do desenvolvimento é decisiva enquanto reformuladora dos termos em que se opera a separação do social, do político e da população em particular, face ao económico. Vai assistir-se à diferenciação entre os interesses pretensamente neutrais das políticas sociais imperialistas e as acções movidas pelas decisões de incidência económica estrita. Estas, afirmando-se independentes tanto do social como do político, ou mesmo rejeitando incidir sobre eles, surgem agora cientificamente fundadas e devotadamente entregues à ingente tarefa de regulação do económico.

Numa época em que cada vez mais o político se funda no conhecimento científico — a ciência é desde há muito, mas agora definitivamente, uma força produtiva — exige-se deste a especialização e promove-se a desmedida segmentação do saber que hoje testemunhamos e de que somos vítimas. Esta especialização que há muito se pronunciara no domínio das ciências físico-naturais não é menos grave nem mais antiga no que respeita às ciências sociais. Como outrora se fizera, aperfeiçoam-se hoje os mecanismos de espartilhamento do conhecimento da realidade, provocando-se uma profunda ruptura entre o económico de um lado, o político e o social do outro.

Esta ruptura que havia já sido produzida pelo pensamento liberal tem um duplo alicerce. Por um lado implica a rejeição do paradigma marxista e a opção pelas chamadas ciências sociais burguesas que, por outro lado, são erigidas à imagem e semelhança do *homo economicus* que, como se sabe, é um homem especial (10). Acima de tudo ahistórico, mas também livre, racional, procurando o reconhecimento dos seus méritos e a realização dos seus interesses e vontades, o que supõe outra característica elementar de natureza económica, (mas também política), a saber, a possibilidade e a liberdade de escolha. Estes princípios que afinal se resumem à «livre adesão a 'valores éticos' colocados como 'autênticos' — os que

correspondem à 'verdadeira natureza humana', como diz Godelier⁽¹¹⁾, a que a economia clássica não pôde nunca renunciar, modelaram igualmente o campo teórico em que passaram a mover-se as ciências sociais em geral. Reservou-se-lhes, na divisão técnica das ciências, o lugar residual⁽¹²⁾ que decorre da definição do seu objecto específico como a esfera da marginalidade onde se aglomeram os que, não querendo beneficiar da sua liberdade e oportunidades de escolha, acabam por livremente *optar* pelo comportamento considerado irracional e patológico — os mendigos, as prostitutas, os criminosos, etc.⁽¹³⁾. É a ciência social transformada em engenharia humana. Como não bastasse este divórcio entre o *racional*, tornado o domínio por excelência da economia, e o *irracional*, o objecto da ciência social, foi ainda promovida a multiplicação das áreas por onde prolifera o já tornado restrito conhecimento da realidade social, atomizando-o para que se dissipe.

É este o momento e estas as condições em que definitivamente a demografia nos é apresentada como área autónoma do conhecimento, a que corresponderiam um objecto, uma teoria e um método próprios, permitindo-lhe sair do marasmo e da ambiguidade com que se defrontara desde os seus primeiros ensaios⁽¹⁴⁾.

Com o seu objecto — a população — descomprometido (a economia marginalista e keynesiana concederam-lhe o divórcio), a demografia formar-se-ia não por força de qualquer critério de cientificidade mas antes por obediência aos interesses estratégicos que comandaram a compartimentação do conhecimento social, possibilitando-se um melhor e mais eficaz controle deste «rebelde» objecto de estudo. A sua regulação exige que seja submetido à análise científica especializada só agora possível. Para tanto o fenómeno demográfico deve ser abstractizado e purificado.

Mas purificado de quê? Em primeiro lugar, da intervenção, geralmente suspeita, de outro qualquer tipo de conhecimento social. Assim se define a demografia como «o estudo das populações humanas». É pelo menos arrojado no domínio da epistemologia pretender atribuir à demografia o estudo, em exclusivo, daquilo que constitui objecto de todas as ciências sociais. A este arrojado esforço junta-se um outro — o de não contaminação pelas relações sociais pois que estas, se reconhecidas, forçosamente penetrariam as próprias condições sob que se produz o conhecimento em demografia. Daí que sejam ignoradas.

A saída é estreita. A atenção vira-se para o indivíduo: «o ser humano é o elemento indissecável que constitui a essência do fenómeno [demográfico] e, quando dizemos que

o homem nasce, vive durante certo tempo no decorrer do qual se reproduz, se desloca e, finalmente, morre, estamos a definir o essencial das preocupações do demógrafo» (15). À demografia *pura* cabe a análise das «noções essencialmente demográficas tais como a morte, o nascimento, o sexo, a idade, *com exclusão* de conceitos como o nível de vida, a profissão que por essência são económicos ou sociológicos» (16). É falar claro. O fenómeno demográfico é um fenómeno individual, a sua manifestação, qualquer que ela seja, é um dado quantificável, o seu campo (a sua essência) é homogéneo.

Demográfico e biológico é o que se confunde nesta obstinada recusa do económico e do social. É certo que a população e a sua evolução obedecem às leis biológicas que estabelecem os limites superiores e inferiores da reprodução humana. Daí a falar-se de leis naturais da evolução demográfica como faz a demografia moderna, à semelhança aliás do que fizeram os demógrafos de há dois séculos atrás, vai um longo percurso. No duplo processo biológico e social a que a reprodução humana está sujeita, é sem dúvida o segundo que domina o primeiro. Tudo é, pois, social em população.

O que podemos concluir é que o que está acima de tudo em causa na demografia é o estudo da *dimensão* da população (mortes, nascimentos, mas também migrações) e a sua *composição* (sexo e idade), ambas resultantes do comportamento e das acções individuais de ter filhos, migrar ou morrer («os factos essencialmente demográficos») sem que se saiba ou mesmo se procure entender que factores, e de que natureza, determinam tais comportamentos. A sua interpretação causal deverá ser remetida para o âmbito da demografia *explicativa* que, ao procurar relacionar os fenómenos com as suas causas, se torna *ipso facto* impura. Com o círculo fechado, toda a explicação se escapa para domínios teóricos que a demografia não contempla. Esta funda-se num conjunto de pressupostos descritivos e não-teóricos que forçosamente a conduzem à simples construção de tipologias, resultantes quer do empirismo dominante, quer da sua sofisticada utensilagem metodológica, hoje abundantemente matematizada (17), que obviamente nada acrescentam ao problema fulcral da definição do objecto e da elaboração da teoria em demografia.

O poder da ciência que, mesmo nas condições em que a demografia opera, não deixa de ser um poder, deve ser visto tanto pelo seu discurso como pelo seu silêncio. O que a demografia cala é precisamente aquilo que legitima a necessidade de submeter o estudo dos fenómenos demográficos a uma rigorosa análise das suas determinantes, na convicção de que só assim nos aproximaremos de uma *sociologia da população*

que permita recuperar a verdadeira essência social dos fenómenos demográficos e abandonar o que W. Mills chamou de «dogma da imaculada percepção» tão presente em demografia.

Naturalmente que este exame sociológico da população se reveste de custos tributados antes de mais à demografia tal como hoje existe. Submetê-la a um tal diagnóstico, porque afinal é disso que se trata, é aclarar as suas contradições e assim contribuir para o que T. Kuhn designaria a sua própria revolução científica. Esta, por ser o resultado de um processo de produção de conhecimento operado por saltos qualitativos e descontinuamente, saldar-se-á pela própria superação paradigmática das condições científicas e sociais em que hoje se produz o conhecimento em demografia, de raiz positivista e empirista.

População e Capitalismo

Teoria, objecto, método e discurso demográficos, reexaminados à luz das suas já múltiplas contradições, serão tão abalados quanto os seus resultados e aplicações. A sua frutificação é apenas possível se subordinada a um método e a uma teoria materialistas que recuperem a natureza autêntica do fenómeno demográfico individual ou colectivo, expressão por vezes contraditória do complexo de relações sociais que historicamente lhe subjaz. É preciso ver as árvores, mas também e sobretudo a floresta (18).

No caso presente, as críticas dirigidas ao marxismo apontam em geral a incapacidade de incorporar na sua reflexão a análise da população. São quanto a nós críticas que decorrem do facto de se julgar o marxismo um modelo acabado de interpretação da sociedade, incapaz de dar conta das transformações nela ocorridas. Ao contrário, a única coisa que temos como radicalmente acabada no marxismo é o carácter inacabado da sua teoria.

Um exemplo claro disto reside no facto de a questão da população não ter no marxismo uma teoria e menos ainda uma teoria acabada. É verdade que o marxismo sempre rejeitou por anti-científico o recurso ao sobrepovoamento ou à explosão demográfica como explicação do subdesenvolvimento. Mas não basta afirmá-lo para que se fundamente a ideia, cara ao marxismo tradicional, de que a população se reduz a um qualquer epifenómeno solúvel a todo o momento aos mecanismos que regem a acumulação e a reprodução do capital (19).

Um estudo teoricamente fundado e politicamente criativo da questão da população tem necessariamente que partir das

próprias condições em que se processa a acumulação de capital pois nesta se materializam as contradições que modelam as diferentes formas e conteúdos de que se reveste a vida e a reprodução da população humana nos nossos dias.

Ora o que pode validar uma teoria materialista de população não se encontra na inversão da ordem malthusiana de causalidade estabelecida entre crescimento demográfico e crescimento da riqueza. Este é um afrontamento reduzido a expressões quantitativas colocadas ao nível de combate ideológico⁽²⁰⁾. Pelo contrário, o que para Malthus e para a demografia em geral é natural transforma-se com Marx em *lei social*, de incidência teórica. A ruptura opera-se através do conceito de *lei da população* e o seu ponto de partida epistemológico reside no facto de se constituir em conceito charneira entre os fenómenos demográficos e o processo de reprodução das relações sociais de produção.

Esta lei da população representa antes de mais a ruptura com a problemática malthusiana enquanto repõe o verdadeiro estatuto do *regime demográfico*. Este, sendo o conceito fundamental da demografia — pois é a forma abstracta das expressões quantificáveis sob que, em cada formação social, se articulam os fenómenos demográficos elementares como a fecundidade, a mortalidade ou as migrações — fica reduzido a uma categoria empírica, sem função teórica própria. Existem assim tantos regimes demográficos quantas as formações sociais. Mas o suporte quantitativo destas apenas de forma mediata tem a ver com a especificidade daqueles. O que é particular a cada formação social decorre do modo de produção dominante e da sua articulação com outros modos de produção. E isto é igualmente válido para a população⁽²¹⁾.

Sob o modo de produção capitalista o que se tornou específico foi a capacidade do capital dispor, a cada momento, da matéria humana «explorável e sempre disponível» indispensável ao seu desenvolvimento integral e independentemente de qualquer limitação demográfica estrita. Isto só é possível pela criação duma *sobrepopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*. Este, expressão capitalista da lei da população provém «não de um crescimento positivo da população operária que ultrapassaria os limites da riqueza em vias de acumulação mas, pelo contrário, dum crescimento acelerado do capital social que lhe permite dispensar uma parte mais ou menos considerável dos seus operários»⁽²²⁾. Assegura-se deste modo a existência duma massa suplementar de homens e mulheres que, qual seiva alimentadora, garante a manutenção e a reprodução alargada do capital. Importa retirar daqui: em primeiro lugar, a sobrepopulação existe e assume uma forma qua-

litativa e uma expressão quantitativa variáveis em função das necessidades particulares da exploração capitalista; em segundo lugar, as suas variações resultam aparentes porque independentes do crescimento vegetativo (natalidade-mortalidade) da população (23).

Estes elementos caracterizadores da sobrepopulação relativa demonstram as condições em que, do ponto de vista teórico, se opera a ruptura com a problemática que subjaz à relação directa que o malthusianismo estabelece entre população e riqueza (entre o número e a miséria dos homens) e que se encontra presente no raciocínio demográfico convencional que supõe, portanto, a existência de uma sobrepopulação absoluta. Porém, o que está em causa não é, como já dissemos, a expressão contábil da sobrepopulação relativa ou exército de reserva resultante, por exemplo, da adição das suas formas específicas (24), mas antes a sua própria *natureza*, (a existência acumulada duma força de trabalho disponível e proletarizada), a sua *função* (a acção fundamentalmente disciplinadora, porque concorrencial e debilitadora do poder negocial da parte activa, empregada, deste exército de mão-de-obra) e também as *práticas políticas* dos agentes que a integram, diferenciadas segundo os lugares de classe que ocupam (25).

Aqui confrontamo-nos com um problema novo que é o de saber que natureza, função e também que práticas políticas apresenta o exército de reserva no capitalismo avançado. Sabe-se que este exército não é, nunca foi, politicamente homogêneo. Mesmo quando Marx nele apenas inclui a parcela proletarizada da população, é preciso reconhecer que a sua unidade se forja na diversidade. Ora, a forma dialéctica sob que se articulam unidade e diversidade é de importância decisiva para a compreensão das práticas políticas conjunturais da classe operária no seu conjunto e, principalmente, das suas relações e alianças políticas com outras classes que, hoje como ontem, conservam uma significativa presença no conjunto do exército de reserva e cujo comportamento social e político, em boa medida, independe da sua situação perante o trabalho.

Nestes termos, ao exército de reserva correspondem práticas sociais e políticas diferentes, que resultam do rol de contradições entre também diferentes categorias de assalariados que o compõem: operários especializados ou não, funcionários, técnicos ou quadros médios. As suas práticas são diferentes e mesmo, por vezes, antagonicamente contraditórias (26). Os seus sentidos podem ser tanto os de fortalecer a cooperação, como os de provocar a concorrência, reforçar o poder mas também os de lutar contra ele, podem ser agressivos e incrementar a

individualização do colectivo, como podem colectivizar o individual e serem altruísticos.

Esta heterogeneidade política do exército de reserva demonstra que este não pode ser pensado, no capitalismo de hoje, como um *deus-ex-machina* que, tanto pela sua natureza como pela sua *praxis*, represente um bloco homogéneo de insurgência operária à dominação do capital. De facto, hoje, a própria necessidade de vender a força de trabalho para sobreviver surge com menor premência às diferentes classes assalariadas. A tendência à erosão do carácter puramente mercantil da força de trabalho tende, em consequência da generalização de políticas de estado keynesianas, não só a destruir a originária função disciplinadora do exército de reserva, mas também a desvalorizar a força de trabalho, na medida em que a desmercantiliza⁽²⁷⁾. O subsídio de desemprego, mas também outros subsídios atribuídos às famílias, aos doentes ou aos incapacitados físicos, juntamente com outras medidas sociais, hoje generalizadas no conjunto dos países capitalistas avançados (por exemplo, a tendência para o abaixamento da idade de reforma ou o retardamento da entrada em actividade provocada pela dilatação da escolaridade obrigatória) constituem, no seu todo, um manancial de acções que dissimulam o estatuto mercantil da força de trabalho e atenuam o antigo receio do desemprego⁽²⁸⁾.

Mas este é apenas um dos lados do problema. Para lá da barreira encontramos os que sobrevivem sem terem que vender a sua força de trabalho. Assalariados ou não assalariados surgem na cena política capitalista comum mas desigualmente guiados pelas necessidades da acumulação. O que é igual para uns e outros é justamente o que os distancia: as necessidades do modelo capitalista de acumulação impõem um sentido regulador e específico de reprodução às classes assalariadas, que é o da reprodução da sua condição de deserdados materiais, ou seja, reprodução da relação de não-propriedade dos meios de produção, o que obviamente não implica nem homogeneidade cultural ou ideológica nem práticas políticas uniformes; já o sentido da reprodução das classes proprietárias é o da sua identificação com o capital e, desta forma, torna-se o sentido da conservação e transmissão deste capital, tanto o material quanto o cultural e ideológico. A limitação destes sentidos é o sentido das limitações dos poderes correspondentes. O que é específico do capitalismo reconhece-se também nas particularidades e segredos da população. A sua estrutura profunda reside no movimento contínuo do «duplo moulinet» que

faz de uns *explorados* e de outros *exploradores* e implica a existência de uma população vivendo *para* ou *do* capital.

Aqui se afasta radicalmente uma perspectiva materialista da população não só do malthusianismo mas de toda a demografia em geral. A população não é um todo global e abstracto e dela não se pode excluir o estudo das classes que a compõem⁽²⁹⁾. Ao fazê-lo a demografia constitui-se em análise incoerente e caótica de seres humanos, demograficamente amalgamados.

Nascer, permanecer com vida durante certo tempo, emigrar, morrer, isto é, o «concreto» em demografia com aplicação a qualquer situação histórica, assume sob o capitalismo um carácter demasiado específico para ser ignorado. O concreto só o é porque síntese de múltiplas determinações. O que determina as formas e condições em que se nasce, se vive, porque se emigra ou morre, são factores diferenciados e derivam da forma como as diferentes classes se relacionam ao capital. O que surge ao capital não é imediatamente a população mas a característica fundamental desta, isto é, a força de trabalho ou energia humana que Marx definia como «o conjunto das faculdades físicas e intelectuais existentes no corpo do homem, na sua personalidade viva e que este deve pôr em acção para produzir coisas úteis»⁽³⁰⁾. O que distancia as classes está na relação mercantil de compra e venda a que esta energia foi submetida.

Ora esta relação implica a existência de uma mercadoria e, portanto, a presença no mercado de um comprador e um vendedor. A produção da mercadoria força de trabalho não pode pois ser confundida com a produção de homens, seus portadores. O que o capital produz não são pois homens. São homens que, pela sua situação nos diferentes pólos daquela relação mercantil, personificam sectores sociais diferenciados. A reprodução da população, que os demógrafos, sempre desconfiados do marxismo, reduzem à díade fecundidade/mortalidade, é pois muito mais vasta que a simples reposição dos indivíduos ou seja o comportamento reprodutivo destes. É, acima de tudo, a reprodução da mesma estrutura de classes que preside a esse comportamento. Diferentes origens, são diferentes heranças e também diferentes percursos sociais⁽³¹⁾. A *especificidade humana* do capitalismo é a particularidade *social* dos indivíduos, e a permanente transmissão das duas principais fontes de herança e portanto de percurso social: consumir ou não e, assim, ser-se consumido ou não pelo uso dessa energia humana que é a força do trabalho.

Morrer e nascer, com e sem capital

Nada espelha melhor as condições de vida como as condições em que se morre. As desigualdades perante a morte são a projecção das desigualdades perante a vida. A mortalidade, tanto o acto como a forma de morrer, tem pois a grande virtualidade da clareza. O que ela expressa é a forma como se viveu: *do* capital ou *para* ele. A produção de mercadorias e o seu resultado imediato — a produção de mais-valia — é um consumo de força de trabalho, um desgaste tornado indispensável para a sobrevivência de uns, mas ao mesmo tempo a fonte de riqueza para outros. Estamos perante um consumo produtor e uma produção consumidora, como diria Marx.

O que se pode ler nas estatísticas é que se morre hoje, em termos relativos, menos e mais tardiamente. Não deixa de ser uma leitura amputada. A evolução histórica da mortalidade, o seu «recoo histórico» como dizem demógrafos e historiadores, não pode esconder o que lhe é mais distintivo e persistente: os membros das classes assalariadas hoje como ontem, continuam a ser vítimas precoces. Isto, que é válido tanto para os países capitalistas avançados como para os países periféricos, deve-se aos desiguais níveis de vida e às condições de trabalho.

Podem pensar-se como é trivial afirmá-lo, mas não deixa de ser imperativo fazê-lo notar. Em época de normalização, é importante tomar consciência dos processos que tendem à uniformização dos comportamentos, como é indispensável reconhecer os que continuam a reproduzir as diferenças. Se a tendência à proliferação do cancro pode ser o expoente da normalização das condições de morte, a persistência da morte por acidente de trabalho, por doença profissional, tanto silenciosa como hipertensão, ou a morte por fome, continua a revelar o carácter classista que preside às condições em que se morre.

Na óptica do mercado esta questão assume uma transparência cristalina. Aqui, onde a regra é a satisfação das necessidades pelo consumo de mercadorias, tornam-se mais claras as dificuldades que, ao contrário do que pensam os weberianos, se forjaram já a montante do mercado, isto é, no domínio da produção. Mesmo quando serviços como o fornecimento alimentar, habitação ou cuidados médicos são produzidos pelo estado, não assumindo a condição de mercadorias, mas antes, de bens de uso, as desigualdades permanecem sobretudo a dois níveis distintos: em primeiro lugar, no que respeita à desigual utilização desses serviços, em que a proximidade geográfica e o mais fácil relacionamento com os mecanismos burocráticos,

favorecem as camadas sociais urbanizadas; em segundo lugar, procede-se ao pagamento adiantado de um serviço cuja qualidade se desconhece ou de que não se chega mesmo a *beneficiar*. Estão neste caso os descontos retirados aos salários com vista à reforma. Morrer cedo, isto é, consumir intensa e aceleradamente a força do trabalho, representa chegar tardiamente ou mesmo não chegar a tempo de usufruir daqueles descontos. É, por assim dizer, um investimento perdido para o próprio. A redução mensal do salário é muito desigualmente recuperada no declive da vida, quando não chega mesmo a ser utilizada para fundos de tesouraria ou autofinanciamento das empresas.

Enfim, é no domínio da produção, onde se opera o consumo da força de trabalho, que os homens se tornam, em vida, desiguais perante a morte. A relação ao capital que aí se estipula atribui a uns a presença contínua e sombria da sepultura para uso precoce, enquanto a longevidade se torna apanágio exclusivo de outros. É assim que a mortalidade das classes proprietárias, dada a sua intimidade com o capital, é a imagem invertida da mortalidade dos não proprietários. A sua mortalidade é a *negação da negação* e o seu sentido social não lhe é conferido pelo desgaste da sua própria força de trabalho. Contudo, nem os próprios proprietários dos meios de produção, nem os seus agentes, são imortais. Reconhece-se aqui o lugar e a acção do factor biológico que não deixa, no entanto, de ser um factor residual enquanto desprovido da capacidade de explicar as diferentes condições sociais de vida ou de morte. De modo concreto, a compreensão destas condições sociais implica o rompimento com a explicação naturalista que a presença do biológico tende a legitimar.

Se, em lugar da mortalidade, tomarmos em consideração a fecundidade — o outro prato da balança demográfica da reprodução — depressa nos apercebemos que o factor biológico apenas pode explicar o que é normal, o facto de se ter filhos, mas é impotente para responder porque se têm, quantos, em que condições e que trajectos sociais se lhes deparam.

Inviabilizadas, na investigação demográfica corrente, as respostas a estas questões ficam também sem solução no quadro do aturado esforço da teoria económica da fecundidade. Aqui, onde impera a racionalidade económica, a microanálise da empresa transporta-se para a família, os proprietários — os pais — convertem as suas decisões aos critérios da produtividade e procuram maximizar as utilidades de cada factor de produção — incluídos os filhos — optimizando a sua função consumo (³²).

Se a mortalidade é um gasto de trabalho, a fecundidade corresponde à reposição social desse consumo. Por seu intermédio, procede-se à reposição da reserva de força de trabalho, produz-se o próprio conteúdo material do exército de reserva. Repousa aqui um dos erros em que incorre a teoria económica da fecundidade já que considera os filhos como mercadorias na posse dos pais, quando, como já o dissemos, a natureza mercantil propriamente dita se encontra não nos homens *stricto sensu* mas na energia física e intelectual que comportam.

Por outro lado, a explicação sociológica da fecundidade, que tem o mérito de tomar uma atitude crítica face à interpretação económica de raiz neo-clássica ou marginalista, move-se, as mais das vezes, num quadro teórico limitado onde se privilegia a complexa rede de factores que directamente afectam o comportamento da fecundidade — nível cultural, grau de educação, tipo de emprego, níveis de rendimento, áreas geográficas, condições de saúde, etc. Ora cada um destes factores é já por si determinado pelo lugar de classe que cada família ocupa na estrutura social. O produtor projecta-se no seu produto, e as diferentes famílias produzem à sua imagem uma descendência que tratam de equipar com desiguais capitais. Se a reprodução é mais complexa que o comportamento reprodutivo dos indivíduos, o que está em causa não é a simples reposição biológica de homens por outros, ou a produção de mercadorias por outras mercadorias, para usar a expressão de Sraffa, mas sim a reprodução socialmente ordenada numa estrutura hierarquizada de poder.

A expressão quantitativa e logo também a qualidade dos seres humanos são expressões politicamente materializadas do comportamento reprodutivo de cada família, directamente relacionáveis ao lugar que esta ocupa naquela estrutura social. É por isso que limitando-se a contabilizar os níveis de fecundidade e indiferente às condições e necessidades que os implicam, a demografia actual colapsa perante uma das mais ricas pistas de investigação sobre as condições em que hoje se desenrola a reprodução humana.

Procuraremos abordar algumas questões que directa ou indirectamente vão ao encontro deste estudo, que julgamos necessário empreender, sobre as condições em que hoje se processa a reprodução social e que cremos subsidiário de um quadro teórico novo, capaz de reconhecer como a produção cultural e material do capital humano é profundamente desigual⁽³³⁾.

Esta produção do corpo mas também do espírito de cada homem é antes de tudo diferente consoante se localiza na órbita

de uma família de proprietários, de pequenos proprietários, de camponeses, de artesãos, de pequenos comerciantes, de quadros técnicos ou de operários.

A racionalidade reprodutiva própria a cada um destes tipos de família não pode submeter-se ao regime abstracto de uma qualquer racionalidade formal, independente de todo o conteúdo específico ou de objectivos concretamente determinados como é típico da análise económica sobre a fecundidade⁽³⁴⁾. Esta racionalidade formal só se compreende se nos colocarmos no ponto de vista de uma racionalidade historicamente definida e, portanto, credora de atitudes e comportamentos que ultrapassam a lógica da optimização de critérios para se fundarem nas exigências histórica e estruturalmente impostas pelo processo capitalista de produção.

É assim que a fecundidade da família grande proprietária obedece mais à preservação do seu capital, à conservação da propriedade dos seus meios de produção, do que às restrições impostas pela estrutura, sempre conjuntural, de rendimentos e preços. As oligarquias familiares estão aí para mostrar como na manutenção do seu poderio económico não se negligenciou nem a reprodução controlada do seu embrião nem o recrutamento de novos membros (cfr. o papel impermeabilizador do casamento por conveniência) de forma a poder controlar as condições em que se processou a transmissão do seu capital⁽³⁵⁾.

A racionalidade que aqui está presente é a que resulta da necessidade consciente de proceder à transmissão patrimonial, preocupação também detectável no planeamento da actividade reprodutiva de pequenos comerciantes, camponeses ou artesãos. Entre estes preserva-se a herança do pequeno estabelecimento, da terra ou dos reduzidos meios de produção. Dado o tipo específico de capital presente e a relação de propriedade muitas vezes instável, com ele mantida, é de admitir que para estas famílias o número de filhos seja programado em consequência das oportunidades e das necessidades de os utilizar produtivamente. Mas não será uma razão absoluta. Geralmente impossibilitados de recorrer ao assalariamento de mão-de-obra para a sua exploração, estas famílias vêem nos seus filhos uma força de trabalho barata mas também disciplinada, e a garantia da sobrevivência no declínio da vida. Esta situação que ocorre ainda com frequência nas sociedades capitalistas centrais é sobretudo visível nas áreas periféricas ao sistema capitalista onde, contraditoriamente, são eliminados mas ao mesmo tempo preservados estes domínios de produção não estritamente capitalistas e onde o estado é incapaz de garantir o suporte

indispensável à sobrevivência na doença ou na velhice de artesãos, camponeses ou pequenos comerciantes.

Notemos que esta situação, que em última instância beneficia o próprio domínio de produção capitalista estrita, assinala a continuidade da acumulação primitiva (de forças de trabalho) que se supunha terminada⁽³⁶⁾ e expressa uma racionalidade reprodutiva particular onde simultaneamente se aconselha um número reduzido de filhos — dado o futuro sombrio destas formas de produção — e uma numerosa prole — dada a concorrência económica a que ficam sujeitas e os imperativos de assegurar a sobrevivência do agente reprodutor no seu período pós-produtivo⁽³⁷⁾. A regra é pois que os filhos sejam numerosos enquanto mão-de-obra e suporte na sobrevivência, mas poucos enquanto herdeiros⁽³⁸⁾.

Finalmente, a família operária assegura a sua reprodução na *ausência* de qualquer propriedade de meios de produção e portanto, em função da quantidade de salário real disponível para a reprodução da força de trabalho. A racionalidade que lhe preside é, como diz Godelier «uma racionalidade *complementar, derivada e dependente*, racionalidade que o trabalhador deve ter para que a racionalidade do capitalista seja plenamente efectiva e para que, para lá do capitalista, o sistema funcione sem contradições insuperáveis»⁽³⁹⁾. Ora esta dependência manifesta-se no quadro das «opções» possíveis para quem, com um rendimento relativamente fixo, é forçado à concorrência no consumo e no mercado de trabalho. Afastada hoje a hipótese de uma sobrenatalidade operária funcionando como efeito compensatório da sua sobremortalidade infantil, a reprodução dos operários parece poder ser entendida, no plano do consumo, apenas com referência às numerosas solicitações que lhes são feitas enquanto consumidores de produtos permanentemente tornados novos e mais caros e, no plano do mercado de trabalho, pela concorrência que exige níveis crescentes de formação e especialização não só para os próprios assalariados mas também para os seus filhos. Os gastos com a alimentação, habitação, saúde, educação ou vestuário que compõem o custo total da sua força de trabalho e dos seus filhos, nada têm a ver com o seu salário que continua individual não comportando, mesmo dada a gratuitidade do trabalho doméstico, a manutenção e a formação de uma descendência numerosa.

Esta situação que respeita à condição de um operariado maduro, plenamente integrado nas relações capitalistas de produção, fica porém sujeita a correcções se nos reportarmos às condições de reprodução quer do subproletariado, que mantém uma relação salarial irregular e instável, quer da população

marginal que sujeita aos mesmos efeitos de concorrência pela formação da sua força de trabalho e dos seus filhos, depende muito mais da produção doméstica e da solidariedade familiar, podendo, portanto, apresentar comportamentos reprodutivos diferenciados dos que enunciámos e cuja tendência parece manter-se no sentido de um maior número de filhos.

A análise das condições de reprodução social, a partir do estudo das famílias de classe não é, assim, redutível ao simples facto de nestas nascerem os indivíduos. As famílias de classe são decisivas enquanto ponto de partida para o estudo da reprodução social por aí serem produzidos, formados e reproduzidos os agentes sociais que ocupam os diferentes lugares de classe e que são portadores duma condição material concreta e duma dimensão histórica, cultural, política e social significativa. A intervenção social mais geral é, mesmo essa, uma intervenção mediatizada por cada núcleo familiar.

O que daqui concluímos é que a população não é, como pensam os demógrafos, um todo global e abstracto, nem tão pouco a sua reprodução é a forma equacionável resultante da combinação biológica da natalidade e da mortalidade. Estas, ainda que sujeitas a condicionantes naturais incontestáveis, respondem sobretudo por *momentos* distintos do processo social global: os momentos da produção e da reprodução de homens. Estes, portadores da energia indispensável à valorização do capital, morrem pelo seu consumo ou não-consumo e nascem pela sua reposição ou não-reposição. Aqui quem preside é o complexo antagónico de relações sociais capitalistas que regula a hierarquização dos diferentes lugares na divisão social do trabalho, sobre que se erige a sociedade.

Conclusão

Nas páginas anteriores centrámos a nossa atenção sobre a demografia, uma ciência social que está ainda longe de ter descoberto todas as leis de desenvolvimento do seu próprio objecto. Esta situação deve-se não só às condições que estão na origem da sua institucionalização como ciência, mas acima de tudo por ter sido incapaz, até agora, de se libertar desses mesmos condicionalismos.

Contudo os nossos comentários não se desejam puramente teóricos, nem decorrem de qualquer estigmatização triunfalista. O escrutínio a que pensamos ser necessário submeter a demografia vai ainda no seu princípio e cremos que só poderá

frutificar se fundado na convicção de que sendo a ciência um poder, o seu poder não tem que decorrer da própria ciência. A força produtiva que a ciência é, só encontra paralelo na força destruidora que prefigura. O poder político funda-se tanto numa como na outra. A crítica da utilização indevida da ciência ou da doutrinação política a que esta se presta é a crítica desse poder político. A crítica da demografia tem neste contexto um sentido próprio e não se confunde com os limites estreitos da crítica teórica.

Neste sentido pode considerar-se que um conhecimento mais profundo da natureza do poder político dominante tem que passar também pela análise das condições, mas também das concepções, com que se produz a ciência nos nossos dias. Daí que a compreensão mais profunda do funcionamento da sociedade de classes implique a demonstração das incoerências do raciocínio demográfico tradicional, abrindo-se caminho para novas explicações de fenómenos antigos. Assim é preciso submeter a novas condições de análise o estudo, por exemplo, das condições, objectivos e malogros das políticas demográficas aplicadas à generalidade dos países subdesenvolvidos, próximas por vezes do genocídio; mas também se têm que perspectivar as estratégias de reprodução como estratégias especificamente definidas em termos de classes sociais sempre relativas a formações sociais e a tempos históricos concretos e não guiadas por instintos biológicos de conservação; por outro lado ainda, os próprios fluxos migratórios de áreas periféricas para zonas centrais do sistema, têm que ser perspectivados num quadro de análise que os considere como movimentos de homens e mulheres, mas sobretudo como deslocamentos de força de trabalho disponível e mais barata, portanto explorável em condições de maior lucro, porque reproduzida a custos totais inferiores; finalmente, é preciso identificar os obstáculos à acumulação e as contradições do estado capitalista central criados pelos crescentes gastos improdutivos, mas indispensáveis, a que o capital é obrigado para reproduzir, formar e manter a *sua* força de trabalho, e que, em si, indicam limites estruturais mais ou menos próximos.

Estas são algumas das áreas cujo esclarecimento e investigação só serão possíveis superando a demografia actual, a qual continua a resistir a uma transformação profunda das condições em que produz (des)conhecimento, insistindo na sua qualidade de exercício ingénuo de sabor académico, quando pode tornar-se num dos potencialmente mais ricos campos de investigação em ciências sociais.

(1) Jean Stoetzel, *La Psychologie Sociale*, Paris, Flammarion, 1963, pp. 83-84, apoiando-se num trabalho de Margaret Mead, *Balinese Character: a Photographic Analysis*, descreve alguns aspectos do universo cultural da ilha Bali, no arquipélago indonésio, ao referir-se à questão da aprendizagem social e a que não resistimos a citar, dado que é de «aprendizagem» que se está a tratar. Assim, segundo Stoetzel, os pais duma criança de dezoito meses «...dão-lhe uma moeda, depois tiram-na; mascarado, o pai assusta-a. Ao atingir 22 meses, a mãe pede emprestada outra criança para provocar o ciúme do seu filho, depois para o acalmar entrega-lhe o bebé e acaricia-o de novo. Então ele atira-se-lhe ao pescoço, mas a mãe volta a trocá-lo pelo bebé. Um ano mais tarde, prosseguem as provocações sérias e sem gosto. Mas a criança já não reage. Tem um ar infeliz. (...) Não corre para ela. Mantém-se passiva. Sabe que nada lhe resta esperar, que não haverá paroxismo nem desfecho...»

(2) Espaços naturais, água, ar, solo arável, mares e oceanos sofrem, hoje, as mais diversas e acentuadas contaminações, originadas tanto pelas formas de cultivo da terra, como pelo processo da extracção de recursos minerais, tanto devidas à urbanização sempre crescente, como à acumulação de desperdícios diversos. Para uma abordagem renovada sobre os limites actuais ao crescimento, *cf.* Ernest F. Schumacher, *Small is Beautiful — Um estudo de economia em que as pessoas também contam* — Lisboa, D. Quixote, 1980.

(3) A sua obra mais conhecida tem no original um título já de si significativo. *An Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society with remarks on the speculation of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and other writers*, editado pela primeira vez em 1798 é, como o próprio Malthus confessa, escrito sob o estímulo e a necessidade de crítica provocados pela leitura do trabalho de William Godwin *An Enquiry Concerning Political Justice* editado em 1793 e escrito sob a influência dos ventos do outro lado do Canal. Para uma biografia e análise crítica de toda a vasta obra de Malthus, *cf.* Jean Marie Poursin e Gabriel Dupuy, *Malthus*, Paris Ed. du Seuil, 1972 (com versão portuguesa nas edições Delfos). Ao destacarmos a dimensão demográfica da sua obra, não pretendemos negligenciar as suas contribuições no domínio da economia política, aspectos que aliás se interpenetram, mas apenas realçamos a forma como a variável demográfica é considerada um factor decisivo de toda a regulação económica, não se pondo pois, como fazem os autores citados, a dúvida sobre se Malthus é um demógrafo ou um economista.

(4) Malthus, *op. cit.*, Paris, Ed. Gonthier, 1963, p. 20.

(5) *Idem*, p. 22.

(6) É interessante reparar na raiz etimológica do termo. Em latim, proletário significa produtor de *prole*, sendo este outro atributo com que se procura caracterizar estes desenraizados da terra.

(7) Neste sentido *cf.* J. Manuel Nazareth e Carlos Gutierrez «Os modelos macroeconómicos de crescimento e o crescimento demográfico», *Análise Social*, 1975, 2.ª série, vol. XI nos. 42-43, pp. 336-364, onde se atribui à variável demográfica uma «acção estabilizadora (a curto prazo) e desequilibradora (a longo prazo)», quando considerada na teoria do crescimento.

(8) Entre outros, Léon Tabah, «Demographie et Aide au Tiers-Monde — les Modèles», *Population*, 1968, n.º 3; Stephen Enke, «The economic aspects of slowing population growth», *Economic Journal*, 1968, n.º 76; Ansley Coale e Edgar Hoover, *Population Growth and Economic Development in Low Income Countries*, Princeton University Press, 1958 (com versão em português, Ed. Fundo de Cultura); Harvey Leibenstein, *A Theory of Economic Demographic Development*, Princeton, Princeton University Press, 1954. *cf.*

por todos, Lazare Behar, *Population et Modèles de Croissance* (tese) Paris I, 1972.

(9) Esta hipótese corresponde, na teoria, à última transformação operada no processo de submissão das forças de trabalho ao capital. Se no princípio a preocupação central foi produzir o próprio trabalhador pela emancipação do servo (a acumulação primitiva) e se tratou depois de o submeter às exigências do capital (as preocupações passam a ser as da duração, intensidade e produtividade do trabalho), agora, dado o volume disponível de forças de trabalho, trata-se de as fazer circular de uma esfera de actividade para outra ou de vastas áreas periféricas para outras restritas e centrais. O círculo fecha-se para uns e abre-se para outros. A este propósito *Cfr.* Jean-Paul de Gaudemar, *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*, Lisboa, Estampa, 1977.

(10) Para uma análise crítica deste *homo economicus* e da sua natureza como produto da história, *Cfr.* Oskar Lange, «Le marxisme et l'économie bourgeoise», *Cahiers Internationaux*, Avril-Mai, 1958, n.º 99 pp. 79-86 e n.º 96 pp. 85-92.

(11) Maurice Godelier, *Racionalidad e Irracionalidad en Economía*, México, Siglo XXI, 1967, p. 57. Também Marx se expressara já neste sentido quando na sua denúncia da economia política notava que esta «não reconhece o trabalhador desocupado, o homem capaz de trabalhar uma vez colocado fora dessa relação de trabalho. Vigaristas, ladrões, mendigos, os desempregados, o trabalhador faminto indigente e criminoso são figuras não existentes para a Economia Política, (...) são fantasmas que ficam fora do domínio da economia». Karl Marx, *Manuscritos Económico-Filosóficos*, Porto, Ed. Brasília, 1971, p. 50.

(12) Para o estudo sobre as condições e os interesses políticos e sociais que presidiram à formulação da ciência social em geral e da sociologia em particular como áreas residuais do conhecimento, *Cfr.* Boaventura de Sousa Santos, «Da Sociologia da Ciência à Política Científica», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.º 1, Junho 1978, onde se questionam diferentes concepções da sociologia da ciência e da sociologia da sociologia a partir das contribuições de T. Kuhn e R. Merton, confrontando-as com o paradigma marxista.

(13) Esta interpretação ideológica do social tem hoje ainda uma chocante actualidade. Se nos socorrermos de qualquer manual actualizado da chamada técnica de serviço social, poderíamos certamente alargar esta lista com a inclusão de novas «situações problema» como os alcoolizados, drogados, deficientes, minorias raciais, emigrantes, crianças e adolescentes «difíceis», etc. Para uma análise desta penetração ideológica no método corrente em serviço social, *Cfr.* Jeannine Verdès-Leroux, *Le Travail Social*, Paris, 1978, Minuit.

(14) Nada mais falso supor-se que assim aconteça, Atestam-no os próprios especialistas. Numa pequena obra, Jean Bourgeois-Pichat afirma que «uma obra como a de Moheau, escrita há mais ou menos dois séculos e versando os fenómenos demográficos, contém as mesmas rubricas que os tratados mais recentes», o que naturalmente não é elogioso para os teóricos e investigadores demográficos contemporâneos. Jean Bourgeois-Pichat, *A Demografia*, Lisboa, Bertrand, pp. 11-12.

(15) J. Bourgeois-Pichat, *op. cit.* p. 12. Não deixa de ser uma preocupação limitada. O que está para além da essência do fenómeno, para além do ser humano individualizado, está também ausente da preocupação do cientista.

(16) A. Landry, *Traité de Demographie*, Paris, Payot, 1945, pp. 487-488 (sublinhado nosso).

(17) Sobre a aplicação da matemática ao estudo das populações humanas, *Cfr.* N. Keyfitz, *Introduction to the mathematics of population*,

Chicago, Addison-Wesley, 1968. A consulta desta obra dá-nos uma ideia do que acabamos de dizer. Na sua bibliografia podem contar-se mais de 400 títulos sobre a matemática aplicada a estudos da população.

(18) Uma e outra têm sido os resultados inconciliáveis a que a investigação de raiz marxista tem ficado sujeita em ciências sociais. Temos assistido, do lado da teoria marxista ou à total intransigência para com os princípios metodológicos e teóricos positivistas ou à transigência exagerada traduzida na preservação das categorias analíticas mas despojadas de toda a perspectiva dialéctica das contradições. A alternativa que nos últimos anos se vem procurando parece ancorar a sua validade no facto de submeter o estudo da realidade a uma rigorosa análise empírica, sem cair na tentação empiricista e, em simultâneo, saber maximizar as experiências e princípios nomotéticos positivistas sem os reduzir à pretensa regularidade entre fenómenos contingentes. Esta terceira via é hoje um desafio politicamente tão inseguro dos seus resultados como teórica e epistemologicamente polémico. Mas é a ambos os níveis um desafio imperativo.

Entre os ainda pouco numerosos trabalhos que procuram converter este desafio num trajecto teórico-metodológico seguro, encontra-se o estudo pioneiro de Boaventura de Sousa Santos, *O Discurso e o Poder — Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica* —, separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Coimbra, 1980, onde se procede à elaboração, toda ela ensaiada no quadro desta terceira alternativa, duma base teoricamente sólida e metodologicamente sofisticada que permita o desenvolvimento da teoria marxista do direito.

(19) Se o estudo do capital foi a preocupação imediata de Marx, é preciso entendê-lo como o início de um trajecto explicativo da sociedade capitalista, sempre sujeito a desenvolvimentos posteriores. Se Marx está ainda vivo, morreu no entanto já há muito. O seu trabalho não é um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Compreendê-lo desta forma elimina muito do que de paralisante e mecânico existe no tratamento e utilização da sua obra.

(20) Na verdade cremos que a resposta à ideologia malthusiana não pode situar-se no terreno da dimensão quer da população quer da riqueza. Parece ser o que não compreenderam Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, quando nas vésperas do conflito de 1914-18, em contraposição às teses anarquistas, — defensoras da «greve dos ventres» como negação, por parte das mulheres operárias, do fornecimento de «carne para canhão e para o trabalho» — viram aí uma atitude capitulacionista onde se negligenciava a necessidade de novos combatentes operários, factor essencial, como diziam, para a derrota da burguesia. Também Lenine fez assentar a sua crítica ao malthusianismo numa dimensão ideológica e panfletária, expressa claramente em artigo publicado em 1913. *Cfr.* Lenine «La classe ouvrière et le néo-malthusianisme», *Oeuvres*, Paris, Ed. Sociales/Ed. du Progrès, 1975, pp. 246-249.

(21) «Com efeito, cada modo histórico de produção social tem também a sua própria lei da população, lei que só a ele se aplica, que finda com ele e que, por consequência, tem apenas um valor histórico. Uma lei da população abstracta e imutável existe apenas para as plantas e os animais...», K. Marx, *Le Capital*, Paris, Ed. Sociales, 1950, t. 3, p. 74. Muito está ainda por fazer. Basta pensar que Marx elaborava sobre uma hipótese de capitalismo integral e hoje, decorrido um século, persistem as mais diversas articulações de modos de produção. Para uma primeira problematização deste ponto, *Cfr.* Lazare Behar, «Surpopulation relative et reproduction de la force de travail», *La Pensée*, 176, 1974, pp. 9-29.

(22) Marx, *ibidem*.

(²³) Entre diversos autores que consideram os ritmos de acumulação de capital sujeitos à pressão quantitativa e portanto adaptáveis a esta última conta-se Otto Bauer cujo erro reside na equiparação que estabelece entre o crescimento demográfico da população total e o da população operária. Este erro de paralaxe retira todo o significado ao conceito de exército de reserva e, em consequência, as flutuações do capital repousam sobre a existência de limites biológicos à reprodução da classe operária. Para um comentário deste erro de O. Bauer, *Cfr.* Rosa Luxemburgo, *Oeuvres*, Paris, Maspero, 1969, Vol. IV, em particular o cap. IV, «Critique des critiques ou: Ce que les épigones ont fait de la théorie marxiste».

(²⁴) A sobrepopulação relativa pode assumir não só as formas *flutuante, latente e estagnante*, decorrentes, respectivamente, do desemprego maciço de variação conjuntural, do êxodo rural ou da ruína do artesanato, do ofício ou da pequena indústria, mas também uma quarta forma, que Marx designa por *pauperismo*. *Cfr.* K. Marx, *op. cit.*, t. 3, pp. 83-90. Nos nossos dias, o estatuto teórico e estratégico do pauperismo tem originado um intenso debate, em especial na América Latina, em redor da questão da marginalidade — uma situação social específica ocasionada pelas condições especiais da formação da classe operária nos países capitalistas periféricos. Esta forma moderna de pauperismo, geralmente urbano, a que se chama população marginal (e que em Portugal foi, em grande parte «exportada» pelos canais da emigração da década de 60), tem estado, de acordo com F. H. Cardoso (*O Modelo Político Brasileiro*, S. Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972, cap. VIII), sujeita a duas interpretações alternativas: uma, *estrutural-funcionalista*, que destaca sobretudo os aspectos consensuais do funcionamento da sociedade, admite a possibilidade de integração social, gradual, (funcionalização) dessa população, tida à margem da sociedade; outra, *histórico-estrutural*, põe em evidência o carácter conflituoso das partes no todo social e, logo, a marginalidade não é sinónimo de não participação, mas, antes, uma forma particular de integração na sociedade e, portanto, de participação nas lutas sociais. É no quadro desta última perspectiva que a discussão teórica tem sido mais fecunda. A questão mais pertinente é a de saber, como assinala Cardoso, se os marginais fazem ou não parte da classe operária, se existem fracturas entre os dois grupos e qual a natureza das diferenças que, porventura, possam ocorrer entre si. A resposta a esta questão passa, naturalmente, pela análise do lugar e das funções específicas que esta população tem no exército industrial de reserva. Pensamos que a população marginal, apesar de se encontrar afastada do núcleo central do mercado capitalista, pois que, em regra, apenas lhe fica reservada a prestação (ocasional) de serviços pessoais, improdutivos, não deixa, contudo de pressionar a oferta de trabalho naquele mercado. Como diz Cardoso, «ainda que possam desenvolver estilos de vida e exercer funções economicamente diferentes dos *desocupados* (do exército de reserva), não deixam, por isso, de estar subordinados (...) às classes que conformam os traços essenciais do sistema capitalista, nem são irrelevantes para o processo capitalista de acumulação». (*op. cit.*, p. 182). Para uma discussão sobre a marginalidade, e para além da obra citada, *cfr.* entre outros, os seguintes trabalhos: Paul Singer, *Economia Política da Urbanização*, S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1979, 6.^a ed., 61-91; Aníbal Quijano, «Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina», in A. Quijano y F. Weffort, *Populismo, marginalización y dependencia*, Centroamérica, Educa, 1973; J. Nun, «Superpoblacion relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal», *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1969, n.º 2 e Sergio de la Peña, «Acumulación capitalista y población», *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. XLI, n.º 4, 1979.

(25) Natureza, função e práticas da sobrepopulação são para além das formas específicas que esta assume (ver nota anterior) os elementos persistentes que importa reter para um estudo da normalidade, mas também das contingências da população no modo de produção capitalista. Aqui se reúnem as influências de factores económicos, políticos ou ideológicos, mas também culturais ou geográficos. A. Gramsci dá-nos um exemplo numa forma particular que a sobrepopulação pode assumir, em função do efeito directo da luta de classes, mesmo na ausência dos sintomas imediatos enunciados por Marx, quando se debruça sobre os efeitos da introdução do taylorismo na indústria italiana dos anos 30. *Cfr.* A. Gramsci, «Racionalização da composição demográfica europeia», *Obras Escolhidas*, Lisboa, Estampa, 1974, Vol. II, pp. 137-145. Este mesmo facto é referido por A. Przeworski, para quem «o excedente de mão-de-obra pode assumir a forma de emprego na administração estatal, a forma de reforma prematura, a forma de grandes exércitos regulares, a forma de nove milhões de estudantes universitários, a forma de fins de semana de três dias, etc.» *Cfr.* Adam Przeworski, «El Proceso de la Formación de Clases», *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. XL, N.º Extraordinário, 1978, pp. 109-141.

(26) A propósito de práticas políticas contraditórias, veja-se a conceptualização que Erik Olin Wright faz sobre os «lugares contraditórios de classe». Trata-se de uma alternativa teórica, mas também estratégica, para a compreensão das diferentes ambiguidades com que se têm defrontado diferentes análises sobre a estrutura de classe dos países capitalistas desenvolvidos. Esta obra de E. O. Wright tem, para além de outras, a virtude de se situar no conjunto das criativas experiências que enfrentam e procuram ultrapassar a tradicional intransigência teórica entre marxismo e positivismo (a terceira via de que falamos na nota 18). *Cfr.* Erik Olin Wright, *Class, Crisis and the State*, London, New Left Books, 1978, em particular o cap. 2. Para uma comparação das análises de E. O. Wright e de Nicos Poulantzas, veja-se o trabalho de Juan Mozzicafreddo, neste número da R. C. C. S.

(27) Este aspecto é analisado por E. O. Wright, *op. cit.*, pp. 154-163, secção em que o autor aborda os problemas relacionados com as «State Expenditures and Accumulation».

(28) Ao lado destas medidas, também as que respeitam a domínios, tais como os da educação, da saúde, dos transportes ou da habitação, compõem a progressiva socialização das condições e custos de reprodução da força de trabalho e tendem a provocar a desmercantilização desta. Tais medidas são, obviamente, incompatíveis com a lógica capitalista. Economicamente insuportável para o capital individual, esta socialização é assumida pelo estado, procurando-se deste modo contrariar os efeitos negativos resultantes da necessidade do capital em desenvolver as forças produtivas. Assente na tributação fiscal e parafiscal, o incremento dos *custos sociais* é hoje sintoma da chamada «crise fiscal do Estado». Este último é objecto de pressões contraditórias: por um lado, e devido à acção reivindicativa do conjunto dos assalariados, o estado vê-se obrigado a fazer gastos improdutivos crescentes, enquanto que, por outro lado e dada a influência dos grupos económicos e financeiros, se vê forçado a desenvolver políticas distributivas e alocativas de recursos, de forma a contrariar a tendência à diminuição da taxa de lucro e assim manter os ritmos de acumulação capitalista. Para uma análise destas contradições do estado capitalista avançado, *cfr.*, entre outros, James O'Connor, *The Fiscal Crisis of the State*, New York, St. Martin's Press, 1973; Michel Aglietta, *Régulation et Crises du Capitalisme: L'Expérience des États-Unis*, Paris, Colmann-Lévy, 1976; Claus Offe, «Structural Problems of the Capitalist State», in Von Beyme (ed.), *German Political Studies*, vol. I, Beverly Hills, Califórnia, Sage Publishing Co., 1974; Manuel Castells, *La Teoría Marxista de las Crisis*

Económicas y las Transformaciones del Capitalismo, Madrid, Siglo XXI, 1978 e E. O. Wright, *op. cit.*.

(29) Esta ideia expressou-a claramente Marx no capítulo dedicado ao método da economia política. Marx, *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Barrador)*, 1857-1858, Siglo XXI, Vol. I, pp. 20-30.

(30) Marx, *Le Capital*, t. I, p. 170.

(31) É isto que a sociologia não consegue explicar sempre que se socorre do conceito de mobilidade social. Mas é também o que no marxismo continua obscuro. Não se muda de lugar, de classe, por se mudar profissão ou de posto na mesma profissão, mas ao fazê-lo os indivíduos modificam os seus comportamentos e as suas práticas políticas.

(32) Para uma apreciação da já muito vasta literatura sobre a teoria económica da fecundidade, *cf.* Nancy Birdsall, «Enfoques analíticos de la relación entre el crecimiento de la población y el desarrollo», *Estudios de Población*, Bogotá, 1977, Julho, Vol. II, n.º 7.

(33) Daniel Bertaux, num excelente ensaio dá conta do que pode ser um novo e criativo estudo sociológico da população, a partir das condições da sua reprodução. *Cfr.* D. Bertaux, *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes, 1978. Reconhecemos em muito do que a seguir se diz o estímulo recebido pela leitura desta obra. Veja-se ainda sobre a mesma questão, o recente número temático da revista *Actes de la Recherche en sciences sociales*, Paris, 1980, Janeiro, n.º 31, «Le Capital social».

(34) Racionalidade formal é aqui sinónimo de racionalidade económica. A sua análise exclui a identificação de objectivos específicos, definindo-se a teoria da racionalidade económica com uma teoria da acção global orientada em termos da utilização mais eficaz de um conjunto de recursos, à partida considerados escassos, com vista à maximização da sua utilidade. A propósito *cf.* M. Weber, *Économie et Société*, Paris, Plon, 1971 e também M. Godelier, *op. cit.*

(35) Do ponto de vista da evolução histórica do capitalismo parece poder admitir-se que na sua fase *concorrencial* a família numerosa dominou, dado o objectivo de controlar vários capitais e proceder à sua ampliação. Ao contrário, na fase *monopolista*, sob o domínio da concentração/centralização do capital, a família grande proprietária restringe-se. Nesta fase, como nota F. Oliveira, o «lema não é o de dividir para reinar mas o de somar para crescer». *Cfr.* Francisco Oliveira, «A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital», *Estudos Cebrap*, S. Paulo, 1976, n.º 16, pp. 7-25, uma excelente análise teórica sobre a reprodução.

(36) Este processo continuado de acumulação primitiva é considerado no sentido que C. Meillassoux lhe atribui na sua análise sobre a simultânea *preservação* e *destruição* do «modo de produção doméstico» por parte do modo de produção capitalista. *Cfr.* Claude Meillassoux, *Mulheres, Ceteiros e Capitais*, Porto, Afrontamento, 1977, pp. 158-9.

Note-se contudo, que esta *preservação* das formas de produção pré-capitalistas só se entende enquanto processo de *reprodução/recriação* das relações sociais originárias daquelas formas, como fora já sugerido por Marx quando tratou do «Maquinismo e Grande Indústria» (K. Marx, *Le Capital*, t. II, Cap. XV). Veja-se também, a este propósito, Paulo Renato Souza, «Salário e Mão-de-Obra Excedente», in M. Conceição Tavares et al. *Força de Trabalho e Acumulação Monopolista*, S. Paulo, Estudos Cebrap, n.º 25, pp. 67-112.

(37) Veja-se a propósito desta instabilidade reprodutiva o estudo da situação concreta de uma aldeia indiana (Manupur) de dominante campo-

nesa, elaborado por Mahmood Mamdani, *The Myth of Population Control*, New York, Monthly Review Press, 1972.

⁽³⁸⁾ O destecho pode ser imprevisível. Em Portugal, de meados do séc. XIX até às primeiras décadas do presente século, esta situação saldou-se em muitos casos na transmissão de terras ao filho primogénito que muitas vezes as repartia para permitir a sobrevivência dos irmãos ou para aliviar as dívidas, enquanto que aos outros cabia, conforme os casos, a oferta de um cordão de ouro, um bilhete para o Brasil, o casamento possível ou a desenfreada procura de emprego assalariado.

⁽³⁹⁾ M. Godelier, *op. cit.*, p. 37.